## ORIENTAÇÃO **AO GESTOR**

Boletim no: 024/2024

Data: 03/12/2024





Boletim PGE nº 06/2019 e Lei de Licitações nº 14.133/2021 - Retenção cautelar de pagamento e a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal.

## Hipóteses autorizadoras da retenção cautelar de pagamento e a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal.

A Secretaria da Controladoria-Geral do Estado – SCGE, através da Diretoria de Informações Estratégicas e Prestação de Contas - (DIPC) / Coordenadoria de Orientação e Prestação de Contas (COR), no exercício de sua função, vem por meio deste boletim, informar sobre as hipóteses autorizadoras da retenção cautelar de pagamento por bens e serviços entregues ou realizados e a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal.

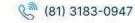
A Procuradoria-Geral do Estado - PGE, em seu Boletim nº 06/2019, informa que a retenção de pagamento a credores por bens e/ou serviços entregues poderá ser realizada diante das seguintes hipóteses:

- ❖ apuração de eventuais perdas e danos em rescisão unilateral do contrato por ato imputável ao particular (conforme arts. 104°, II e 139°, IV, da Lei de Licitações nº 14.133, de 2021);
- garantia do cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas a ajuste que envolve a disponibilização de mão de obra (art. 121, § 3°, Lei Federal n° 14.133, de 2021);
- ❖ pagamento de eventual multa contratual quando não houver sido prestada caução em dinheiro (conforme art. 10°, §3°, do Decreto Estadual nº 57.002, de 2024);
- cumprimento à decisão judicial;
- em cumprimento à decisão de tribunais de contas;
- apuração de responsabilidades por inexecução contratual total ou parcial (Parecer PGE nº 718/2015).

Importante mencionar que tais retenções preventivas de pagamentos podem ser adotadas, como medidas excepcionais e fundamentadas, antes mesmo de finalizado o







## ORIENTAÇÃO **AO GESTOR**

Boletim no: 024/2024

Data: 03/12/2024





regular procedimento de apuração de irregularidade, sendo indispensável, entretanto, a comprovação do risco de prejuízos à Administração, seja por não pagamento da multa contratual, seja por responsabilização judicial do ente contratante, à exceção da primeira hipótese (apuração de eventuais perdas e danos em rescisão unilateral por ato imputável ao particular).

Em contrapartida, a retenção <u>NÃO deve ser realizada</u> nos casos da contratada apresentar irregularidades fiscais (mesmo quando da não apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal), bem como em outras irregularidades não relacionadas com o contrato.

Por fim, quando **superado o fato impeditivo** ensejador da retenção do recurso, **cabe ao** ordenador de despesa da unidade gestora executora a liberação do recurso para pagamento ao credor.

Demais orientações que se façam necessárias, à DIPC/COR coloca-se à disposição através do site: www.scqeorienta.pe.gov.br.

Caso identifique que este Boletim está desatualizado ou apresente alguma informação incorreta/imprecisa, envie uma mensagem para o e-mail abaixo para descrever a impropriedade encontrada e sugerir a alteração.



